

Urgências e singularidades do tempo presente

Urgencies and singularities of the present time
Urgencias y singularidades del tiempo presente

Mara Coelho de Souza Lago¹  0000-0001-5111-8699

Luzinete Simões Minella¹  0000-0001-7953-7385

Cristina Scheibe Wolff¹  0000-0002-7315-1112

Tânia Regina Oliveira Ramos¹  0000-0002-2477-0419

¹Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil. 88040-900



Os editoriais das revistas acadêmicas são escritos em contextos locais e globais que afetam e repercutem circunstâncias, situações e posições nas vidas de todas as espécies e da humanidade em geral. Após o confinamento da pandemia da Covid 19. Continuamos sofrendo, e com crescente intensidade, as consequências das mudanças climáticas e, mais que isso, em meio a uma guerra no Leste Europeu que já dura mais de um ano e cujos efeitos transbordam para os diferentes países até o Sul Global, assistimos, estarecidas/os/es, neste final de 2023, à eclosão de ataques genocidas no Oriente Médio sobre o povo palestino na Faixa de Gaza. Na dicotomização do mundo bipolar que países ocidentais tentam manter a todo o custo, encontramos-nos, em meio às consequências do Antropoceno (Cláudia de Lima COSTA; Susana Bornéo FUNCK, 2017), frente às ameaças dos senhores da guerra, convivendo com os perigos de novas tragédias nucleares, quem sabe definitivas para a humanidade e o próprio planeta, com todas as espécies vivas que abriga.

Na vulnerabilização das catástrofes climáticas e humanas, sofrem mais e primeiro os mais dependentes e sem recursos, crianças, mulheres, idosos, pessoas doentes. Estamos vivendo tempos de dificuldades, que nos levam a pensar, com Judith Butler (2006; 2015), em vidas precárias, vidas matáveis, as vidas que não demandam luto. Os estudos des e decoloniais na América Latina, com os ensinamentos sobre a criação da ficção da raça, na concepção da colonialidade do poder de Aníbal Quijano¹ (1991; 2000) como base da hierarquização, pelo Ocidente, do branco colonizador como raça superior, conferindo-lhe, portanto, a pretensão do direito de escravizar as populações não brancas dos continentes colonizados. Essas populações não brancas e seus descendentes, inferiorizadas, racializadas, de cor, desumanizadas, constituem, no mundo decolonial de agora, as vidas que não importam. As guerras genocidas, de limpeza racial, são dirigidas à eliminação dessas vidas não passíveis de luto.

Os movimentos feministas antirracismo nos Estados Unidos, Brasil e outros países do Sul Global trazem importantes estudos sobre essas vidas, desenvolvendo reflexões fundadas na relevância das intersecções raça/gênero. Aqui destacamos, entre muitas pesquisadoras,² as contribuições de María Lugones (2008; 2014; 2020), que nos traz a concepção de colonialidade de gênero, insistindo na indissociável imbricação raça/gênero que os estudos feministas des e decoloniais visibilizam.

Em meio a estas ameaças e às dificuldades para demandar a paz entre os países e povos, alguns aspectos importantes do contexto local nos confortam, após os seis anos de

¹ Concepção que se foi desdobrando pela contribuição de outros autores do Sul Global, com destaque, quanto aos estudos de gênero, para as teorizações de Lugones.

² Conferir, entre outras obras, a coletânea *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*, organizada por Heloisa Buarque de Hollanda.

esforços de desmonte das estruturas institucionais do país que culminaram com a tentativa fracassada de golpe em 08 de janeiro, uma semana após a posse do governo eleito em 2022. Destacamos a retomada das políticas sociais pelo governo Lula e as reações ao 08 de janeiro com o protagonismo do Supremo Tribunal Federal. Num governo de coalisão, com a eleição de uma maioria de parlamentares advindos de partidos conservadores, com expressivo número de políticos ligados a siglas da extrema direita, ressaltamos a atuação de aguerridas deputadas e senadoras de diferentes legendas³ acompanhadas por deputados e senadores que também se destacam na defesa do Estado e dos direitos constitucionais. São poucas as parlamentares eleitas, mas um número expressivo delas tem tido uma atuação que nos orgulha sobremaneira. Destacamos também a atuação das ministras responsáveis por importantes instituições do governo; a ministra das Mulheres, na recomposição das políticas para as mulheres e a iniciativa de novos projetos; a ministra da Saúde, retomando a defesa do SUS e das políticas públicas de saúde, como os processos de vacinação em que o Brasil já fora destaque internacional; a titular do novo Ministério dos Povos Indígenas, aguerrida na luta pela proteção dos povos tradicionais e pela derrubada de projetos de lei como o do Marco Temporal, permanente ameaça à justa demarcação constitucional das terras indígenas; a retomada dos Ministérios da Igualdade Racial e da Cultura, entregues a ministras que representam, com suas atuações, estas importantes áreas da vida nacional; o Ministério de Meio Ambiente, retornado à Marina Silva, batalhadora internacionalmente reconhecida das causas ambientais; e os Ministérios de Planejamento e Tecnologia, Gestão e Inovação, como também o ministério de Ciência, entregues à gestão de mulheres.⁴

Mencionamos ainda a importância que o governo atual tem atribuído à educação de nível básico e de nível superior no país, bem como a retomada dos diálogos com os movimentos sociais, ressaltando, nesse processo de redemocratização do país, a importância da criação do Conselho de Participação Social em janeiro do corrente ano, no início do mandato do novo governo e do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea), reinstalado no mês seguinte. Prosseguindo na retomada dos compromissos com os movimentos sociais, em abril, foram reorganizados oito conselhos do governo federal. Todos criados por meio de decretos que, entre outros aspectos, garantem a participação da sociedade civil organizada (Correio Braziliense, 2023).

Em maio, a Presidência da República recriou o Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável (CDESS). Criado em 2003, e conhecido como Conselho, fora extinto em 2019. Funcionou, portanto, durante 15 anos. Segundo Andreia Verdello (em AGÊNCIA BRASIL, 2023), Lula ressalta que

políticas como o Minha Casa, Minha Vida, o Programa de Aceleração do Crescimento, o crédito consignado e a política de valorização do salário mínimo surgiram de diálogos do colegiado. Para o presidente, o Conselho desempenhará um papel importante para vencer desafios como a fome, as desigualdades e as urgências ambientais.

Atualmente, 247 conselheiros integram essa instância de debates e decisões, representando movimentos sociais, setores financeiro e empresarial, agronegócio etc.

Neste rápido balanço em que contabilizamos perdas e ganhos, após termos festejado a entrada de mais uma mulher, e uma feminista de destaque, na Academia Brasileira de Letras, e de termos lamentado o não aceite da escritora negra Conceição Evaristo naquela instituição, tivemos a grata notícia da recente eleição do ambientalista Ailton Krenak, o primeiro escritor indígena a adentrar a ABL.

Esse número da Revista reúne artigos sobre novos temas ou revisita outros constantemente abordados, em ambos os casos de modo instigante, e que de forma direta ou indiretamente se relacionam com o contexto mais geral que sintetizamos até aqui.

O artigo “A quarta onda feminista” aborda a noção de uma quarta onda do feminismo, que estaria caracterizada principalmente pela utilização de meios de comunicação digital, como as redes e mídias sociais, tanto para a mobilização quanto para a difusão de ideias feministas, mas também pela interseccionalidade como um princípio básico e pela organização na forma de coletivos, com uma certa horizontalidade. Ou seja, o artigo propõe um olhar sobre os feminismos contemporâneos no Brasil.

As violências de gênero são constantemente abordadas pela REF. Esse número mantém a tradição, conforme pode ser visto no artigo intitulado “México y la violencia de género: los estudios del desarrollo y la revista *Debate Feminista*”, que analisa o tratamento desse tema nos

³ Eleitas em números proporcionais ainda muito distantes da composição igualitária em gênero nos parlamentos federais, estaduais e municipais do país.

⁴ Duas outras ministras empossadas no início do governo já tiveram que ceder suas funções para a ocupação de ministros homens, por exigências dos partidos da coalisão, nas pressões legislativas sobre o poder executivo. Lastimamos profundamente a saída da esportista Ana Moser do Ministério dos Esportes, como também a recente troca, por indicação dos partidos de centro majoritários na Câmara Federal, da presidência da Caixa Econômica Federal, banco público responsável pela aplicação de recursos em importantes políticas sociais para a população, presidido até então, no novo governo, por destacada funcionária de carreira da instituição.

diversos números do citado periódico feminista criado pela UNAM em 1990. Através da análise do contexto sociocultural, o artigo focaliza as definições da violência presentes nos artigos publicados, levando em conta as políticas governamentais e as contribuições dos discursos acadêmicos e teóricos feministas para o avanço das ações e do debate sobre o tema.

Buscando a visibilidade e valorização de novas produções de conhecimentos, atentas às dinâmicas racistas e coloniais, as autoras de “Construindo uma epistemologia feminista decolonial” revisitam teorias feministas hegemônicas. Detendo-se nas críticas formuladas a estas teorias por teóricas negras, terceiro-mundistas e decoloniais, defendem novos métodos, como as perspectivas interseccionais, comunitárias e de lutas sociais para a produção de novos saberes.

De um ponto de vista decolonial, o texto “*A philosophical conversation with Lorena Cabnal from Guatemala*” nos traz um diálogo entre uma filósofa acadêmica da Colômbia com a feminista Lorena Cabnal. Este diálogo utiliza os discursos de Lorena Cabnal em diferentes espaços, como vídeos, conferências, conversas e, mesmo, seus escritos, que embora não sejam formulados em formato acadêmico, têm um potencial filosófico reconhecido pela autora.

O artigo “Autonomia e submissão na autoexposição digital e na exposição violenta de mulheres” parte dos debates nos campos da teoria política feminista e da exposição na cultura digital para discutir os significados das experiências de mulheres que passaram pela exposição não autorizada da intimidade. No corpo do texto, se evidencia a problematização das diversas dimensões do desejo como um caminho para a compreensão das possibilidades de vivência da sexualidade por parte das mulheres de forma autônoma, sobretudo em suas manifestações contemporâneas.

No artigo de experiências, construído numa lógica reversa, segundo a autora, intitulado “Narrativas jornalísticas ecofeministas não elaboradas. Ou a posteriori”, são analisadas narrativas experimentais, produzidas no âmbito da graduação em Jornalismo da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, a partir dos ideais ecofeministas, atravessados pela questão decolonial. O objetivo das articulações prático-teóricas entre ensino-graduação, pesquisa-pós-graduação, ambientalismo e feminismo foi reconhecer os marcadores sociais das diferentes mulheres, do deixar narrar para materializar uma escrita criativa e engajada.

São inúmeros os estudos sobre a maternidade, um tema instigante que vem sendo explorado por diferentes áreas da produção científica, literária, filosófica e artística, incluindo-se, na primeira, os estudos feministas e de gênero, responsáveis pelo desenvolvimento de perspectivas críticas sobre esse evento carregado de múltiplos significados, seja qual for o contexto histórico. A peculiaridade do artigo “Narrativas de mulheres com deficiência física e visual sobre Maternidade” é justamente focalizar as percepções desse segmento de mulheres sobre os tipos de assistência frente às suas necessidades específicas durante os períodos da gravidez e do puerpério, contribuindo de modo significativo para as áreas ligadas à reabilitação e à saúde das mulheres.

No âmbito da literatura, a maternidade é abordada no artigo “Casas vacías, de Brenda Navarro: Maternidad no normativa”. Nele, o autor reflete sobre esta obra da autora mexicana, que – num enfoque inovador – se dedica a problematizar a noção tradicional da maternidade através de reflexões sobre duas categorias no geral pouco contempladas: as mães arrependidas e as mães involuntárias, personificadas, como sugere o autor, como mães não normativas, ou seja, aquelas que fogem ao estereótipo da “boa mãe”.

O autor do artigo “Discursos que pesam: realismo agencial e processos de materialização corporal” propõe um esforço de tensionamento dos argumentos feministas pós-estruturalistas sobre as relações estabelecidas entre práticas discursivas e a materialidade dos corpos. Interpela a narrativa resultante de entrevista realizada com mulher que vivencia uma forma rara de malformação congênita do aparelho reprodutor. A partir de perspectivas pós-estruturalistas e com base no realismo agencial de Karen Barad, a narrativa da entrevistada sobre os processos de diagnóstico e tratamento da condição de agenésia vaginal interpelada leva o autor a concluir que o advento do realismo agencial permite superar os limites epistêmicos das teorizações construtivistas acerca dos processos de materialização corporal.

O trabalho remoto ou a domicílio de mulheres na confecção de roupas e envelopes de papel no Chile é o tema do artigo “Trabajadoras a domicilio: el último eslabón de la producción neoliberal en Chile”. Utilizando entrevistas e observação nos domicílios de trabalhadoras, a autora faz uma análise interseccional que privilegia as questões de gênero e classe, discutindo o entrelaçamento, neste caso, de uma dupla jornada de trabalho produtivo e reprodutivo em um mesmo local.

Um levantamento bibliográfico acerca da história das mulheres montadoras desde a conformação do cinema como indústria, buscando um olhar mais atento aos aspectos do trabalho com a montagem apontados como “femininos” – em especial a ideia de um trabalho meramente manual, e da sala de montagem como apartada do espaço público, é apresentado no artigo “Montadoras como espectadoras”. Nele é pensada a sala de montagem como um

espaço para o exercício de uma espectralidade crítica, capaz de elaborar uma visão que interroga e questiona as representações de gênero vigentes na cultura audiovisual.

O artigo “Gênero, currículo e educação jurídica: olhares empíricos” problematiza a existência ou não de disciplinas que abordam as questões de gênero nos currículos do curso de direito em universidades federais, no Sul do Brasil. A pesquisa incluiu a análise de projetos pedagógicos, grades curriculares, ementas e planos de ensino de sete universidades, bem como revisão bibliográfica e, a partir dela, a discussão sobre saberes que são considerados centrais ou periféricos na formação jurídica. Esse tema é central na compreensão de como os juizes, promotores e advogados são formados e sua postura frente a leis como, por exemplo, a Lei Maria da Penha, e outras que envolvem conteúdos de gênero ou ligados às violências contra mulheres e populações LGBTQIA+.

O artigo intitulado “Feminoabjeções, lgbtícidios e mariellecídeos: pós-categorias para tensionar realidades” focaliza as implicações e os efeitos da criminalização da lgbtfobia ao nível dos discursos, mediante um balanço crítico da recente decisão do STF que considera a homotransfobia como um dos tipos de racismo. Partindo do suposto de que a noção de fobia seria insuficiente para definir mortes e assassinatos que resultam da abjeção e subalternização de certos segmentos sociais, a autoria propõe as pós-categorias que constam no título do artigo, para caracterizar suas especificidades.

Numa pesquisa realizada numa cidade chilena conservadora, as autoras do artigo “Inclusión dentro del closet: personas mayores y diversidades sexo genéricas” questionam em que medida a construção social de pessoas idosas, quanto às identidades que transgridem a heteronorma, contribuiria para sua inclusão. Os resultados apontam para uma “inclusão dentro do armário”, expressão que designa a autocensura da sua dimensão identitária nos espaços públicos devido ao seu caráter excludente, que ignora as diversidades e nega os direitos individuais. Por isso mesmo, o processo de sua inclusão é vivenciado de modo incipiente, pois a porta do armário não se abre totalmente, apenas se insinua, oscilando entre reconhecimento e discriminação.

Com base num recorte de gênero, o artigo “A Mulher Carioca e a praia como um espaço de consumo e lazer (1920-1940)” fundamentou-se em levantamento bibliográfico e pesquisa documental em periódicos, sobretudo revistas ilustradas, arquivados na Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional. Investigando a transformação da praia na cidade do Rio de Janeiro, como diz o título, teve como objetivo analisar se, de fato, a modernidade vivida à beira-mar pela mulher carioca a mantinha alheia às imposições do patriarcalismo.

Fundamentada nos feminismos negros, a autora do ensaio “Siempre vivas: Emancipación, paz e investigación desde el jardín de Heloísa” aborda os saberes de mulheres camponesas no território ancestral de Montes María, na Colômbia. Submetidas a opressões históricas, mas resistindo à ordem patriarcal, ao capitalismo, ao colonialismo, as camponesas mantêm seus saberes afroindígenas sobre plantas medicinais para os cuidados comunitários. A autora defende a necessidade de compromisso efetivo para reconhecer e integrar aos saberes acadêmicos as expressões e conhecimentos das mulheres, desde seus espaços cotidianos de emancipação, descolonização e paz, representados no ensaio pelo jardim de Heloísa.

Conforme as palavras do entrevistador de “Estudos trans e políticas globais em perspectiva feminista: uma entrevista com Susan Stryker”, a historiadora Susan Stryker, cuja trajetória está fortemente entrelaçada com a história do processo de construção das questões e objetos em torno da categoria transgênero na imaginação cultural no Norte Global, é referência incontornável no campo dos estudos trans, inclusive em países do Sul Global, como o Brasil, onde se transforma. Para Francisco Cleiton (2023), “nossa conversa não endereça apenas uma perspectiva histórica sobre a formação de um campo, reflete também acerca de dilemas e questões políticas de nosso tempo nas quais estamos implicados”.

Considerando que os rituais e práticas de cuidado menstrual estão sendo transformados com a biomedicalização da saúde reprodutiva, a migração urbana e a educação do Estado, as organizadoras do dossiê “Corpo e Menstruação na Amazônia Indígena” reúnem importantes análises e reflexões de antropólogas indígenas e não indígenas, sobre como estas mudanças estão sendo experienciadas pelas próprias pessoas que menstruam e como estão repercutindo nas comunidades ameríndias. Reflexões e testemunhos que consideram os novos riscos implicados nas mudanças das práticas de reclusão e contenção menstrual, para as pessoas que menstruam na Amazônia.

As resenhas deste número se revelam pelo reconhecimento crítico de livros lidos em torno de dois nomes próprios: Nietzsche e Paul Preciado, seja como o primeiro vê as mulheres, seja como o segundo encontrou uma forma de ver-se na vida. Ao lado da singularidade destas referências estão as leituras pontuais sobre questões do feminismo nunca completamente respondidas: como pode ser pensada a perspectiva decolonial feminista em África, como ter acesso a um feminismo contemporâneo além do que tem circulado pela Internet e como entender os feminismos dissidentes. A linha mestra que costura estas leituras é sempre dar visibilidade a uma interlocução cada vez mais necessária: a produção teórica feminista e suas urgências críticas

Finalizando esse número da REF, com muito pesar, prestamos nossa homenagem às feministas que faleceram durante a primeira semana do mês de outubro de 2023. Sabemos que a trajetória de cada uma delas merece estudos à parte que certamente serão feitos por diferentes estudiosas, em distintos períodos. Dentro dos limites desse editorial, listamos a seguir, em ordem alfabética, seus nomes, além de breves informações sobre seus perfis, suas lutas e vinculações com os feminismos, suas áreas de atuação.

Ângela Melo (1956-2023) era professora de História aposentada, pós-graduada em Arte e Educação. Faleceu aos 67 anos. Começou a carreira política no Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica de Sergipe (Sintese) e estava exercendo seu primeiro mandato como vereadora de Aracaju. Nessa condição, elaborou projetos em defesa dos direitos das mulheres, combatendo as violências e garantindo condições mais humanas na assistência ao parto (Camila Gabrielle Oliveira de FARIAS, 2023). Participou ativamente da Executiva Nacional da Central Única dos Trabalhadores. Como militante, destacou-se pela defesa da educação pública, numa perspectiva do combate às desigualdades e de transformação social (CONTRAF CUT, 2023).

Danda Prado (1929-2023), cujo nome completo era Yolanda Cerquinho da Silva Prado, nasceu numa família tradicional paulista e faleceu aos 94 anos. Filha de Caio Prado Júnior, célebre autor de relevantes obras sobre a sociedade brasileira, Danda colaborou decisivamente para a difusão, expansão e consolidação do feminismo no Brasil através dos seus escritos e das atividades editoriais exercidas na Editora Brasiliense, criada por seu pai. Após o falecimento de seu irmão, Caio Graco Prado, Danda assumiu a Presidência da Editora. Durante o período em que esteve exilada na França e no decorrer do seu doutorado na Universidade de Paris VII, desenvolveu relações de amizade com Simone de Beauvoir e Jean-Paul Sartre (2010) (FUNDO SOCIAL ELAS, 2023). Em 1977, defendeu a tese que dois anos mais tarde foi publicada em livro pela Brasiliense, e que se tornou um clássico da crítica feminista: *Ser Esposa – A Mais Antiga Profissão* (1979). Entre suas obras mais citadas constam os livros *O que é família* (1984) e *O que é aborto* (1991).

Liu Leal (1977-2023), pernambucana, cujo nome completo era Agleildes Arichele Leal de Queirós, graduou-se em fisioterapia, realizou o doutorado na Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP), onde atuou em vários projetos de pesquisa. Faleceu aos 46 anos. No Centro Brasileiro de Saúde (CEBES) e no Conselho Nacional de Saúde (CNS), no qual representava o CEBES, entre outras lutas, destacou-se pela defesa aguerrida do Sistema Único de Saúde (SUS), do Plano Nacional de Atenção Básica, do direito à saúde e à democracia (CNS, 2023; CEBES, 2023).

Nalu Faria (1959-2023), que faleceu aos 64 anos, nasceu no interior de Minas Gerais, graduou-se em Psicologia em Uberaba. No início dos anos 80, durante a vigência da ditadura militar, mudou-se para São Paulo, onde logo se identificou com a tendência Democracia Socialista, do Partido dos Trabalhadores, destacando-se nas lutas pela redemocratização do Brasil. Nalu integrou a equipe da SOF – Sempre Viva Organização Feminista – desde 1986, onde “atuou na formação feminista e socialista de milhares de militantes do movimento popular” (SOF, 2023). Nessa Organização, desenvolveu “atividades de assessoria e formação feminista com grupos de mulheres, ONGs e gestores públicos. Coordenou várias publicações da SOF, como o boletim *Mulher e Saúde* (1993 a 2002), a coleção *Cadernos Sempre Viva* (desde 1997) e o boletim *Folha Feminista* (desde 1999)” (Carmen S. TORNUST; Soraya FLEISCHER, 2012).

Nalu Faria participou de vários processos de articulação dos movimentos feministas, tanto no âmbito das lutas locais quanto internacionais, liderando a Marcha Mundial das Mulheres no Brasil durante os anos 2000 e assumindo a representação da região Américas em seu Comitê Internacional. Registrou em vários textos suas reflexões sobre o contexto e as especificidades dos movimentos que liderou. Entre eles, destacamos o balanço que elaborou em parceria com Miriam Nobre sobre a participação da Marcha Mundial das Mulheres nas três primeiras edições do Fórum Social Mundial (Miriam NOBRE; Nalu FARIA, 2003).

Neuma Figueiredo de Aguiar (1938-2023) nasceu em Fortaleza, Ceará. Graduou-se em História pela PUC do Rio de Janeiro (1960), fez mestrado em Sociologia e Antropologia na Boston University (1962). Ainda nos Estados Unidos, realizou dois doutorados: em Sociologia, na Washington University (1969), e em Ciências, na University of Wisconsin – Madison (2003). De 1972 a 1997 atuou como docente no IUPERJ (Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro). Foi professora titular da Universidade Federal de Minas Gerais de 1996 a 2008, que lhe outorgou o título de professora emérita em 2009. Foi membro vitalício da International Sociological Association (Isa) e da International Association for Time Use Research (IATUR). Desenvolveu suas pesquisas na área de Sociologia, com ênfase em Gênero e Sociedade, atuando nos temas: gênero e patriarcado, movimentos de mulheres, estratificação e mobilidade social, sociologia internacional comparada e sociologia dos usos do tempo. Preocupada em aliar a perspectiva sociológica às abordagens estatísticas, fundou e coordenou por 10 anos o Programa de Metodologia Quantitativa da UFMG e o Centro de Pesquisas Quantitativas em Ciências Sociais

(CEPEQCS). Foi professora visitante do Instituto de Altos Estudos Interdisciplinares. Fez parte da diretoria da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) de 1998 a 2001.

Neuma recebeu vários prêmios em sua trajetória: prêmio Vinicius Caldeira Brant do Nepem e CACS (UFMG), por suas contribuições às áreas de Gênero, Estudos de Mulheres e Feminismo; prêmio Florestan Fernandes (SBS), por sua contribuição para o desenvolvimento da Sociologia no Brasil; prêmio Rose Marie Muraro, conferido pela Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) e pelo CNPq, por suas contribuições para a análise das condições de vida das mulheres brasileiras, avançando para metodologias científicas para a sua mensuração. Entre suas numerosas obras, destacamos a pesquisa sobre a força de trabalho na América Latina (AGUIAR, 1984); a organização de coletânea sobre Gênero e Ciências Humanas (AGUIAR, 1997), além de estudos sobre trabalho doméstico e uso do tempo (AGUIAR; Arnaldo MONT'ALVÃO, 2016).

Referências

AGUIAR, Neuma. *Mulheres na força de trabalho na América Latina: análises qualitativas*. Petrópolis: Vozes, 1984.

AGUIAR, Neuma (Org.). *Gênero e Ciências Humanas. Desafio às Ciências desde a perspectiva das Mulheres*. Rio de Janeiro: Record; Rosa dos Tempos, 1997.

AGUIAR, Neuma; MONT'ALVÃO, Arnaldo. "Estratificação residencial, valorização do trabalho doméstico e uso do tempo: contribuições para a análise do caso Brasil". In: FONTOURA, Natália; ARAÚJO, Clara (Orgs.). *Uso do tempo e gênero*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2016.

BUTLER, Judith. *Vida precária: el poder del duelo y la violencia*. Buenos Aires: Paidós, 2006.

BUTLER, Judith. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CEBES. CENTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS DE SAÚDE. "Liu Leal presente! – Uma homenagem à Liu, do CEBES da Liu". CEBES, 2023. Disponível em <https://cebes.org.br/liu-leal-presente/32260/>.

CLEITON, Francisco. "Estudos trans, políticas globais e saberes ilegítimos em perspectiva feminista: uma entrevista com Susan Stryker". *Revista Estudos Feministas*, v. 31 n. 3, 2023.

CNS. CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. "Nota de pesar: CNS lamenta partida de Liu Leal, ex-conselheira nacional de saúde". *CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE*, 2023. Disponível em <https://conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/3175-nota-de- pesar-cns-lamenta-partida-de-liu-leal-ex-conselheira-nacional-de-saude>. Acesso em 14/10/2023.

CONTRAF CUT. CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES DO RAMO FINANCEIRO DA CUT. "Movimento Sindical lamenta morte da companheira dirigente da Executiva Nacional Ângela Melo". *CONTRAF CUT*, 2023. Disponível em <https://contrafcut.com.br/noticias/movimento-sindical-lamenta-morte-da-companheira-dirigente-da-executiva-nacional-angela-melo/>. Acesso em 12/10/2023.

CORREIO BRAZILIENSE. "Lula restabelece 8 conselhos do governo com participação da sociedade civil". *Política. Correio Braziliense*, 2023. Disponível em <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2023/04/5085752-lula-restabelece-8-conselhos-do-governo-com-participacao-da-sociedade-civil.html>. Acesso em 25/10/2023.

COSTA, Cláudia de Lima; FUNCK Susana Bornéo. "O Antropoceno, o pós-humano e o novo materialismo: intervenções feministas". *Revista Estudos Feministas*, v. 25, n. 2, 2017. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rev/a/RXt3KHKzWfYWQ3wW4GyTLFm/?lang=pt>.

FARIAS, Camila Gabrielle Oliveira de. "Conheça a trajetória da Vereadora Ângela Melo na Câmara Municipal de Aracaju". *Câmara Municipal de Aracaju*, 2023. Disponível em <https://www.aracaju.se.leg.br/institucional/noticias/conheca-a-trajetoria-da-vereadora-angela-melo-na-camara-de-aracaju>. Acesso em 20/10/2023.

FUNDO SOCIAL ELAS. "Danda Prado recebe homenagens de feministas". *Fundo Social Elas*, 2023. Disponível em <https://fundosocialelas.org/danda-prado-recebe-homenagens-de-feministas/250301/>. Acesso em 14/10/2023.

LUGONES, María. "Colonialidad y Género". *Tabula Rasa*, Bogota, Universidad Colegio Mayor de Cundinamarca, n. 9, p. 73-102, 2008.

LUGONES, María. "Rumo a um feminismo descolonial". *Revista Estudos Feministas*, v. 22, n. 2, p. 935- 952, 2014. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ref/a/QtBjL64Xvssn9F6FHJqznb>.

LUGONES, María. "Colonialidade e gênero". In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 52-83.

NOBRE, Miriam; FARIA, Nalu. "Feminismos em Movimento: Temas e Processos Organizativos da Marcha Mundial das Mulheres no Fórum Social Mundial". *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, CFH/CCE/UFSC, v. 11, n. 2, p. 623-632, 2003. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ref/a/ZvGw4q9gbwbGmG7Y3F3HDFf/>. Acesso em 12/10/2023.

PRADO, Danda. *Ser Esposa – A mais antiga profissão*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

PRADO, Danda. *O que é família*. São Paulo: Brasiliense, 1984. (Coleção Primeiros Passos)

PRADO, Danda. *O que é aborto*. São Paulo: Brasiliense, 1991. (Coleção Primeiros Passos)

QUIJANO, Aníbal. "Colonialidad, modernidad/ racionalidade". *Perú Indígena*, v. 13, n. 29, p. 11-29, 1991.

QUIJANO, Aníbal. "Colonialidad del poder, eurocentrismo y America Latina". In: LANDER, Edgardo (Comp.). *Colonialidad del Saber: Eurocentrismo y Ciencias Sociales*. Buenos Aires: CLACSO-UNESCO, 2000. p. 201-246.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA. "Nota de Pesar. Neuma Aguiar 1938-2023". *Sociedade Brasileira de Sociologia*, 2023 Disponível em <https://sbsociologia.com.br/nota-de-pesar-neuma-aguiar-1938-2023/>. Acesso em 16/10/2023.

SOF. SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA. "Nalu faria, farol feminista e socialista que sempre nos guiará". SOF, 2023. Disponível em <https://www.sof.org.br/nalu-faria-presente/>. Acesso em 13/10/2023.

TORNQUIST, Carmen Susana; FLEISCHER, Soraya Resende. "Sobre a Marcha Mundial das Mulheres: entrevista com Nalu Faria". *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, CFH/CCE/UFSC, v. 20, n. 1, p. 291-312, 2012. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2012000100016/21948>. Acesso em 12/10/2023.

VERDÉLLO, Andreia. "Lula assina decreto que recria o Conselho". *Agência Brasil*, 2023. Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2023-05/lula-assina-decreto-que-recria-o-conselhao>. Acesso em 26/10/2023.

Mara Coelho de Souza Lago (maralago7@gmail.com) é doutora em Psicologia da Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP-SP), mestre em Antropologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) é Professora Titular aposentada do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina, instituição que a agraciou com o título de Professora Emérita. Como professora voluntária, atuou (2010-2023) nos quadros de docentes permanentes dos Programas de Pós Graduação em Psicologia e Pós Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC. Participa do Instituto de Estudos de Gênero (IEG/UFSC) e da Coordenação Editorial da Revista Estudos Feministas. Seus interesses de pesquisa e docência se relacionam a estudos feministas e de gênero, psicologia social, psicanálise, antropologia, interdisciplinaridade, com publicações de livro, coletâneas e artigos voltados para esses campos de conhecimentos.

Luzinete Simões Minella (simoesluzinete@gmail.com) é graduada (1972) e mestre (1977) em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), doutora em Sociologia pela Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM, 1989). Realizou estágio de pós-doutorado no Núcleo de Estudos de População da Universidade Estadual de Campinas (NEPO/Unicamp, 1998). Fez parte do quadro de docentes do Departamento de Sociologia da UFBA entre 1975 e 1991. Vinculou-se ao Departamento de Sociologia e Ciência Política da UFSC, de 1991 até 2002, e ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política entre 1991 e 2005. É Professora Adjunta IV aposentada da UFSC, atuou como professora voluntária no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas entre 2003 e 2020, tendo coordenado por vários anos a Área de Concentração em Estudos de Gênero. Integra a equipe do Instituto de Estudos de Gênero (IEG), participou de vários dos seus projetos (eventos, publicações, cursos etc.). Entre

os projetos, destaca a coordenação editorial da *Revista Estudos Feministas* entre 2001 e 2004 e entre 2007 e 2008, quando passou a fazer parte da editoria de artigos. Voltou a fazer parte desta coordenação a partir de dezembro de 2016. É membro da Rede Brasileira de Ciência, Tecnologia e Gênero. Tem realizado pesquisas principalmente nas seguintes áreas: participação das mulheres nas ciências (na interface com a crítica feminista à ciência, os estudos sociais da ciência e a história da ciência); gênero e saúde reprodutiva; gênero e infância; saúde mental. Orientou inúmeros trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses, principalmente nessas áreas. Publicou vários artigos em periódicos de ampla circulação e livros, além de trabalhos completos em anais de eventos etc.

Cristina Scheibe Wolff (cristiwolff@gmail.com) é doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (1998). Possui Graduação em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (1988), Mestrado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1991). Em 2004/2005, realizou Pós-Doutorado na Université Rennes 2, na França, e entre 2010 e 2011, no Latin American Studies Center da University of Maryland, em College Park, Estados Unidos da América. Ocupou a Cátedra Fulbright de Estudos Brasileiros na University of Massachusetts em Amherst (set.-dez. 2017) e foi pesquisadora convidada no Laboratoire Arenes - Université Rennes 2 (jan.-jul. 2018). Atualmente, é Professora Titular do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina. É integrante do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH) e do Instituto de Estudos de Gênero da UFSC e uma das coordenadoras editoriais da *Revista Estudos Feministas* (2006-2009 e 2011-atual). Foi coordenadora do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina. Atua ainda no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas e no Mestrado Profissional de Ensino de História. Foi a coordenadora geral do Fazendo Gênero 11 e 13º *Women's Worlds Congress*, realizado na UFSC em 2017. Tem experiência na área de História, com ênfase em História das Mulheres e do Gênero, atuando principalmente nos seguintes temas: gênero, memória, guerrilha, resistência às ditaduras no Cone Sul.

Tânia Regina Oliveira Ramos (taniareginaoliveiramos@gmail.com) é doutora em Literaturas de Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Possui Graduação em Letras pela Universidade Federal de Santa Catarina, Mestrado e Doutorado em Literaturas de Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Atualmente, é Professora Titular e coordena o núcleo Literatura e Memória da UFSC, núcleo com projetos aprovados pela FAPESC e CNPq. Faz parte da Coordenação Geral da *Revista Estudos Feministas* e do Conselho Editorial das revistas *Uniletras*, *Mafuá Ciências e Letras*, *Literatura Hoje*, *Signótica* e *Anuário de Literatura*. É professora de Literatura Brasileira e Estudos Literários nos Cursos de Graduação e Pós-Graduação em Letras e Literatura na UFSC. Atua, pesquisa e publica nas linhas de pesquisa História e Memória, escritas de si e gênero.



COMO CITAR ESTE ARTIGO DE ACORDO COM AS NORMAS DA REVISTA

LAGO, Mara Coelho de Souza; MINELLA, Luzinete Simões; WOLFF, Cristina Scheibe, RAMOS, Tânia Regina Oliveira. "Urgências e singularidades do tempo presente". *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 31, n. 3, e97154, 2023.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

As autoras contribuíram igualmente.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

LICENÇA DE USO

Este artigo está licenciado sob a Licença Creative Commons CC-BY 4.0 International. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

HISTÓRICO

Recebido em 06/11/2023

Aceito em 07/11/2023